

SUMÁRIO

Prefácio – <i>Jessé Souza</i>	7
Apresentação – <i>Ângela Marques e Heloiza Matos</i>	11

Parte I

Reconhecimento social: dimensões conceituais e práticas

1. Capital social, reconhecimento e dádiva	19
<i>Alain Caillé</i>	
2. O declínio do capital social e comunicacional na terceira idade e a ausência de reconhecimento dos idosos	39
<i>Heloiza Matos</i>	
3. A dimensão intersubjetiva da autorrealização: em defesa da teoria do reconhecimento	65
<i>Ricardo Fabrino Mendonça</i>	
4. Existe violência sem agressão moral?	82
<i>Luís R. Cardoso de Oliveira</i>	
5. O reconhecimento social e a abordagem da temática da deficiência em telenovelas brasileiras	99
<i>Sueli Yngaunis</i>	

Parte II

Processos de deliberação pública, participação cívica e construção da cidadania

6. A ausência de reconhecimento social de cidadãos destituídos no Brasil e na França	125
<i>Ângela Marques</i>	

7. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas	149
<i>Cicilia M. Krohling Peruzzo</i>	
8. O debate sobre a política de cotas raciais no discurso jornalístico	166
<i>Ilídio Medina Pereira</i>	
9. Webjornalismo participativo e o resgate do debate público	183
<i>Clara Castellano</i>	
10. A escolha do padrão da TV digital no Brasil: entraves para o estabelecimento de uma esfera pública plural	194
<i>Diólia Graziano</i>	
11. O papel da cooperação humana no processo de deliberação <i>online</i>	215
<i>Renata Barbosa Malva</i>	

Parte III

Capital social: aspectos teóricos e analíticos

12. Capital social e empoderamento como construtores de cidadania plena em sociedades em desenvolvimento	231
<i>Marcello Baquero e Rute V. A. Baquero</i>	
13. Capital social, comunicação pública e deliberação: a gestação do capital comunicacional público	255
<i>Guilherme Fráguas Nobre</i>	
14. Capital social e o reconhecimento na saúde	273
<i>Mirta Maria Gonzaga Fernandes</i>	
15. Desigualdades sociais na área da saúde: terceira idade, reconhecimento e capital social	293
<i>Devani Salomão</i>	
16. O capital social nas organizações e as interações comunicativas entre colaboradores e parceiros institucionais	317
<i>Luiz Santiago</i>	
17. Comunicação organizacional, redes sociais e capital social	334
<i>Cristiane Soraya Sales Moura e Paula Franceschelli de Aguiar Barros</i>	
18. O capital social na experiência do Banco Grameen: mecanismos interacionais e microcrédito	348
<i>Rosemary Tenhosolo Jordão</i>	

PREFÁCIO

JESSÉ SOUZA¹

A determinação moral do comportamento social é, talvez, a questão mais importante e a menos desenvolvida nas ciências sociais contemporâneas. Os motivos para isso são vários. O mundo, tal como é organizado e como nos aparece na consciência, remete-nos à realidade “material” do dinheiro, do poder e das coisas que podemos “pegar com a mão” do mundo do consumo. Ainda que todos sintam a presença dos “sentimentos morais”, como remorso, culpa, vergonha etc., não sabemos exatamente de onde vêm esses sentimentos que nos tomam de assalto quando menos desejamos, nem como são produzidos.

Isso se deve ao fato de que, como diz Charles Taylor², a percepção da moralidade no mundo contemporâneo obedece à lógica paradoxal do “subjetivismo ético”. Os valores, os padrões de conduta prática, as hierarquias morais, surgem como se fossem produzidos por sujeitos individuais, como se cada um de nós os elaborasse continuamente. O vínculo comunitário e social, única dimensão na qual efetivamente faz sentido falarmos de moralidade e de ética – na medida em que estamos falando da nossa relação em sociedade com os outros –, não é sequer percebido e muito menos transformado em objeto de reflexão. Para Taylor, isso ocorre porque as hierarquias morais que nos comandam sem que tenhamos consciência disso são “realidades simbólicas inarticuladas”.

A díade articulação/inarticulação em Taylor é extremamente interessante para a compreensão da realidade moral contemporânea precisamente por permitir nomear uma realidade que aponta para uma “falta relativa” – e, portanto, no limite sempre su-

-
1. Livre docente em Sociologia pela Universität Flensburg, Alemanha. Professor titular de sociologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e coordenador-geral do Centro de Pesquisa sobre Desigualdade Social (Cepedes) da mesma instituição.
 2. TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a formação da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.

perável e passível de ser apropriada reflexivamente – no caso das realidades morais que nos conduzem sem que tenhamos consciência clara disso. O “insight” tayloriano permite captar o que há de problemático no tema da eficácia da moralidade nas sociedades contemporâneas sem necessariamente envolver a noção de inexistência do componente moral. O que falta, nesse caso, é uma reconstrução narrativa que permita aos sujeitos se apropriar de algo que existe neles mesmos e produz efeitos práticos todo o tempo, ainda que não seja percebido e refletido, o que permitiria uma intervenção mais consciente no mundo e uma percepção mais profunda do nosso papel nele.

Mas o engano sobre a suposição da inexistência de eficácia de uma moralidade objetiva latente na vida social não é apenas dos sujeitos que estão sob a égide da “sociologia espontânea” do mundo cotidiano e do senso comum. Muitos pensadores de envergadura também imaginavam que o tema de uma “moralidade objetiva”, que passa todo o corpo social com efeitos sobre todos os sujeitos atores, só faria sentido no contexto da ética religiosamente motivada das sociedades tradicionais. Max Weber³, por exemplo, tendia a acreditar nessa tese. Ela descende da “filosofia do sujeito” que dominava tanto a filosofia quanto a sociologia clássica. O núcleo da filosofia do sujeito é a crença de que o agente individual é ele mesmo a fonte de toda produção de sentido tanto cognitivo quanto prático.

É precisamente nesse contexto que assume importância nodal a herança hegeliana e neo-hegeliana do tema do “reconhecimento social”. Nela, as realidades social e moral são sempre pensadas no registro da prioridade da intersubjetividade, da comunicação e do relacional sobre a subjetividade, e na prioridade da sociedade sobre os indivíduos atores. Se em Taylor temos os fundamentos de uma “filosofia do reconhecimento”, com base em sua análise das “fontes (inarticuladas) das noções do ‘self’ moderno”, temos em Axel Honneth⁴ as primeiras linhas do que pode vir a ser uma “sociologia do reconhecimento”, baseada na ênfase no tema da socialização familiar e do ancoramento institucional dos processos de aprendizado individual e coletivos pressupostos nos fenômenos constitutivos do reconhecimento social. A junção da perspectiva desses dois autores pode ser muito benéfica para compreender o fenômeno da realidade moral que nos anima e nos comanda – ainda que de modo obscuro e irrefletido.

Há que se deixar claro, no entanto, que existe o perigo de uma análise unidimensional das hierarquias morais que motivam nosso comportamento cotidiano. Isso ocorre quando imaginamos que essas realidades se dão num contexto universalizável supos-

3. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

4. HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: 34, 2003.

tamente acessível a todos os indivíduos e grupos sociais. Há que se atentar, portanto, aos pressupostos contextuais dos processos de reconhecimento, que são perpassados por todo tipo de desigualdades ao acesso aos espaços públicos de deliberação e aos bens e recursos – tanto materiais quanto simbólicos – escassos na sociedade. Não levar em conta esses processos que selecionam, classificam e excluem, os quais muitas vezes são sutis e opacos à consciência ordinária, é transformar, como disse Axel Honneth em texto recente⁵, reconhecimento em “ideologia”. Essa tentativa de “parasitar” as justificativas morais em benefício de determinadas práticas e códigos opressores é precisamente o que querem todos os poderes e privilégios injustos, ansiosos por sua própria reprodução.

Também nesse último sentido, e na tentativa de descortinar aspectos desses processos e códigos que atribuem valor e julgam grupos e sujeitos, os textos que compõem esta bem-vinda e tempestiva coletânea de ensaios acadêmicos, produzidos por especialistas reconhecidos nacional e internacionalmente, são um saudável convite ao diálogo, ao debate e ao aprendizado.

5. HONNETH, Axel. “Recognition as ideology”. In: BRINK, Bert Van Den; OWEN, David. *Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 323-47.

APRESENTAÇÃO

ÂNGELA MARQUES E HELOIZA MATOS

Este livro é o resultado de várias discussões desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa “Capital Social, Redes e Processos Políticos”, que reúne mestrandos, doutores, professores e pesquisadores da área de Comunicação Social. Vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Cáster Líbero (SP), o grupo trabalhou, durante todo o ano de 2010, no projeto de pesquisa intitulado “Capital Social, Reconhecimento e Deliberação Pública”. Professores de outras instituições de ensino superior, do Brasil e também de outros países, foram convidados a participar do projeto, enviando-nos trabalhos recentes que dialogassem com os temas em questão. O conteúdo desta obra reflete, ao mesmo tempo, a colaboração entre diferentes pesquisadores e a tentativa de aproximação entre os três conceitos acima mencionados, com base no estudo de processos dialógicos, comunicativos e democráticos que problematizam e questionam situações de desvalorização e de opressão material e simbólica.

A reflexão em torno de como o capital social se entrelaça com o reconhecimento e a deliberação possui grande relevância para pesquisadores de comunicação, filosofia política, sociologia, ciência política, políticas públicas e áreas correlatas, uma vez que descortina os modos coletivos de julgamento e avaliação moral dos sujeitos, observando os critérios que avaliam quanto eles são capazes de oferecer ou de contribuir para a coletividade. Estudar os pontos de interseção entre tais conceitos nos auxilia a entender de que maneira indivíduos e grupos se constituem como cidadãos portadores de direitos e como parceiros de diálogos moralmente responsáveis por produzir e sustentar argumentos em público. Ajuda-nos a refletir, também, sobre como eles são capazes de se desenvolver como indivíduos cuja identidade é positivamente amparada por relações de confiança, respeito, amor e solidariedade. Nesse sentido, o “Anjo Benevolente” de George Wallace que ilustra a capa da obra não apenas representa os grupos marginalizados e estigmatizados (de forma simbólica, social e econômica) presentes em vários

capítulos deste livro como remete à ideia de que adquirir existência diante dos outros requer a desconstrução de imagens preconcebidas.

Os trabalhos aqui reunidos partem dos conceitos de *capital social*, *reconhecimento* e *deliberação* para explorar seus vínculos com práticas comunicativas que são responsáveis pela construção de laços de reciprocidade e cooperação entre diferentes atores sociais, interligando múltiplas redes de interação e transformando relações marcadas pelo estigma e pela depreciação do outro. De maneira geral, o *capital social* é visto como a capacidade de mobilizar redes de confiança, promovendo a coordenação e a cooperação, e visando a um proveito mútuo. Nesse sentido, ele não se situa nem nos indivíduos nem nos meios de produção, mas nas redes sociais densas e fechadas que garantem a confiança nas estruturas sociais e permitem a geração de solidariedade.

A nosso ver, o capital social está presente quando os indivíduos se organizam para debater questões percebidas como de interesse coletivo. Conversações e deliberações no espaço público põem em marcha processos políticos de engajamento cívico, de reciprocidade, de cooperação e confiança mútua, ou seja, contribuem potencialmente para a construção do capital social.

A *deliberação* pública, assim como o capital social, alimenta-se da conversação cotidiana. No entanto, é importante estabelecer conexões entre o resultado das trocas comunicativas e seus impactos na transformação de valores e princípios democráticos ligados à cidadania, à constituição de redes sociais e à valorização das capacidades associativas e participativas dos indivíduos. Processos deliberativos podem sinalizar caminhos de diálogo que envolvam a publicização, a reflexividade, a postura crítica e autônoma, a confiança, a reciprocidade, a abertura aos outros e a solidariedade. Sob esse viés, a busca de *reconhecimento* social reflete a tentativa de identificar os processos sociais que tornam indivíduos e grupos dignos de ser valorizados, respeitados e estimados em uma sociedade que passa a vê-los como potenciais interlocutores, capazes de contribuir para projetos coletivos. Ao mesmo tempo, a luta por reconhecimento envolve, a partir de um debate público ampliado, a identificação e a transformação de padrões e valores que depreciam, oprimem e desrespeitam certos grupos sociais.

Axel Honneth e Nancy Fraser, dois dos grandes expoentes da teoria do reconhecimento, afirmam que a busca de reconhecimento envolve o questionamento e o exame desses padrões e códigos nos quais nos baseamos para atribuir valor aos outros. No Brasil, as constantes agressões e insultos morais a pessoas pertencentes às classes populares reafirmam o pouco valor atribuído às pessoas que, segundo Jessé Souza, integram a “ralé”. O dom proveniente daqueles que fazem parte da ralé se resume geralmente aos tipos de serviço físico que o uso do corpo proporciona, algo que, em nossa sociedade, não possui grande valor.

Diante dessas considerações, é possível dizer que o reconhecimento se aproxima da noção de capital social quando refletimos sobre as consequências da ausência de reciprocidade e de vínculos de apoio recíproco entre os sujeitos. Assim, o capital social não só é expresso como “densas redes de normas e de confiança social” que permitem a cooperação mútua, mas também como o resultado direto dessas trocas nos modos como os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros em processos dialógicos de deliberação pública e participação cívica. Tematizar e desafiar publicamente padrões de injustiça constitui o núcleo da participação cívica, a qual requer a valorização da comunicação informal e das múltiplas inserções de pessoas materialmente desfavorecidas e simbolicamente oprimidas em espaços públicos parciais de debate e avaliação de problemas de interesse coletivo.

A relação entre capital social, reconhecimento e deliberação pública pode, portanto, ser traçada a partir da compreensão do espaço público como fruto de redes e fluxos de discursos que, provenientes de vários atores e espaços comunicativos, se interceptam para dar origem a uma dinâmica conflitante e cooperativa de busca de acordos e compromissos recíprocos (que podem ser revistos ao longo do tempo) a respeito da valorização dos sujeitos como membros de uma comunidade que os vê e os reconhece como parceiros de interlocução e de partilha de experiências.

A primeira parte do livro traça as principais dimensões conceituais e práticas da noção de reconhecimento social. O texto de Alain Caillé, professor da Universidade Paris X, estabelece uma aproximação entre as teorias do reconhecimento e da dádiva. Para ele, reconhecer os sujeitos sociais, individuais ou coletivos, é atribuir-lhes um valor que é medido por sua capacidade de doar algo à sociedade.

Já Heloiza Matos enfoca, com base na análise da situação dos idosos na contemporaneidade, como eles se encontram afastados das relações de confiança e do envolvimento em redes sociais de reciprocidade, o que contribui para o gradativo declínio do capital social e para a ausência de reconhecimento.

O texto de Ricardo Fabrino procura revelar a centralidade da noção de intersubjetividade na teoria do reconhecimento, afirmando que não se pode reduzir a luta por reconhecimento a uma luta cultural voltada para a valorização de identidades.

Por sua vez, Luís Cardoso de Oliveira visa definir a agressão moral como um *insulto* que teria duas características principais: trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e sempre implica a desvalorização ou negação da identidade do interlocutor.

Para encerrar a primeira parte da obra, o trabalho de Sueli Yngaunis evidencia, por meio da análise de matérias de mídia impressa, a capacidade das telenovelas de suscitar debates sobre a experiência de desrespeito social vivenciada por deficientes físicos.

A segunda parte do livro abrange trabalhos que mostram como situações de conversação e processos deliberativos que envolvem grupos marginalizados, movimentos sociais e cidadãos comuns são cruciais para entendermos a política como processo de constante reconfiguração dos espaços ocupados por diferentes grupos e sujeitos, de questionamento da divisão entre aqueles que possuem voz e visibilidade e aqueles que são permanentemente mantidos sob o registro da invisibilidade e do silêncio. Nesse sentido, o texto de Ângela Marques revela que depoimentos de cidadãos brasileiros e franceses em estado de precariedade material apresentam vários pontos em comum quando se trata de mencionar a ausência de reconhecimento e de valorização social.

O trabalho de Ilídio Pereira aborda o intenso debate midiático acerca da implementação de políticas de ação afirmativa para estudantes negros nas universidades públicas, com o objetivo de averiguar como o discurso jornalístico configura e reconfigura o espaço social, atribuindo valores aos acontecimentos e organizando nossas ações e julgamentos.

Cicilia Peruzzo discute as inter-relações entre comunicação, movimentos sociais e cidadania e situa a questão do direito à comunicação como uma dimensão dos direitos humanos, argumentando que a comunicação comunitária e o jornalismo alternativo contribuem para a ampliação do *status* da cidadania.

De maneira muito próxima, Clara Castellano evidencia que o webjornalismo participativo se define com base em práticas colaborativas desenvolvidas *online*, sem uma demarcação clara de fronteiras entre produtores e leitores de conteúdo, e instaurando possibilidades de engajamento cívico e de construção da cidadania.

Já o trabalho de Renata Malva traz uma instigante abordagem a respeito da deliberação pública *online*, analisando, por meio de uma revisão teórica consistente, as possibilidades de uma efetiva troca colaborativa de argumentos em espaços virtuais destinados ao diálogo.

Diólia Graziano, por sua vez, investiga como se deu o processo de implantação da televisão digital no Brasil, considerando que os aspectos econômicos, técnicos e administrativos tiveram, no debate, prioridade sobre a discussão da relevância desse veículo para o acesso democrático e ampliado a um meio de comunicação capaz de originar uma esfera pública plural.

A terceira parte do livro destina-se a acolher discussões que tratam de diferentes dimensões do conceito de capital social. Marcello Baquero e Rute Ângelo discutem como o capital social e o empoderamento podem promover cidadania e participação política, a fim de ampliar e fortalecer práticas de igualdade social e de controle cidadão ou expansão de direitos individuais e coletivos, bem como influenciar ações do Estado.

Já o artigo de Guilherme Nobre articula capital social, comunicação pública e deliberação partindo do conceito de capital comunicacional público, que representa, para o autor, a superação da visão de que o capital social se restringe à esfera relacional e aos ativos intangíveis, e de que a comunicação pública se restringe à esfera simbólica do setor governamental.

Mirta Fernandes avalia como a mobilização e a participação da população nas discussões e negociações de políticas públicas no campo da saúde, sobretudo por meio da representatividade cidadã no Movimento de Saúde da Zona Leste do município de São Paulo, podem constituir um importante instrumento democrático gerador de capital social.

Ainda no contexto da saúde, Devani Salomão articula as experiências de idosos com a teoria do reconhecimento e com o capital social, refletindo sobre os modos pelos quais os idosos buscam, no âmbito privado, a valorização e o apoio afetivo e, no âmbito público, visibilidade para garantir sua presença em ambientes sociais, com igualdade e respeito.

Os textos de Luiz Santiago, Rosemary Jordão, Cristiane Moura e Paula Barros abordam, de modo geral, como a construção e a consolidação de organizações exigem a presença de relações de confiança mútua, reciprocidade e capacidade de trabalho coletivo em redes de cooperação. Segundo eles, o capital social tem sido percebido no contexto organizacional como um processo resultante da capacidade dos públicos de interesse de acionar seus contatos a fim de mobilizar processos interacionais em rede capazes de trazer benefícios coletivos.

A elaboração desta obra não teria sido possível sem o empenho e a dedicação dos integrantes do Grupo de Pesquisa “Capital Social, Redes e Processos Políticos”. As organizadoras são gratas à coordenação do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Cásper Líbero, que apoiou o projeto desenvolvido pelo grupo ao longo de 2010, e ao CNPq, pela bolsa de produtividade em pesquisa concedida a Heloiza Matos, que atualmente se encontra vinculada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). No início do ano de 2011, com a conclusão da pesquisa, o grupo encerrou suas atividades, mas todos os integrantes continuam trabalhando em seus projetos individuais, os quais permanecem voltados para os temas do capital social, do reconhecimento e da deliberação pública. O resultado das reflexões aqui construídas foi fruto de um trabalho coletivo que exigiu grande empenho e dedicação de pesquisadores, professores e estudantes que, em uma extensa rede de colaboração, reciprocidade e solidariedade, se propuseram a fazer avançar os estudos sobre o capital social, a dádiva, o reconhecimento e os processos deliberativos partindo de um olhar múltiplo e plural.

PARTE I

RECONHECIMENTO
SOCIAL: DIMENSÕES
CONCEITUAIS E
PRÁTICAS

1 CAPITAL SOCIAL, RECONHECIMENTO E DÁDIVA¹

ALAIN CAILLÉ

Considero interessante e instrutivo elaborar uma lista de conceitos ou significados que polarizam os elementos essenciais dos debates que vêm acontecendo, nas áreas de ciências sociais e filosofia política, nas duas ou três últimas décadas. Sem dúvida, as noções de capital social e de reconhecimento ocupariam, em uma lista como essa, lugar central. Ninguém ignora atualmente que o sucesso de um país, de uma região ou de uma organização depende tanto de seu capital social quanto de seu capital econômico. Estamos convencidos de que os conflitos sociais mais agudos são, no mínimo, tanto por reconhecimento quanto por redistribuição. O uso de ambas as noções tem o mérito de permitir uma luta contra a visão economicista da existência social, tão dominante de forma geral. Mas, ainda assim, é grande o risco de pararmos justamente no meio dessa luta contra o economicismo, fazendo do capital social uma variação ou uma dimensão do capital econômico, e da luta por reconhecimento outra forma da luta por redistribuição, como se fosse possível e desejável distribuir o reconhecimento da mesma maneira que distribuimos recursos financeiros. Gostaria de sugerir aqui, na linha dos trabalhos reunidos na revista do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (Mauss)², que a única forma de conferir a esses conceitos toda a sua potência, e de escapar a uma nova recaída no economicismo, é reinterpretá-los nos termos do paradigma da dádiva (dom), como articulado por Marcel Mauss em sua famosa obra *Ensaio sobre a dádiva* (1974)³.

1. Texto traduzido, com a permissão do autor, por Ângela Cristina Salgueiro Marques, doutora em Comunicação Social pela UFMG, pós-doutora na mesma área pela Université Stendhal – Grenoble 3 e professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG.
2. Mouvement Anti-utilitariste en Science Sociale. Para mais informações, consulte os seguintes endereços: <<http://www.revuedumauss.com>> e <<http://www.journaldumauss.net>>.
3. Esbocei uma sistematização do paradigma do dom no livro *Anthropologie du don. Le tiers paradigme* (CAILLÉ, 2005). Este artigo retoma parte do prefácio que escrevi para o livro coordenado por

A importância da noção de capital social

A noção de capital social, formulada em primeiro lugar por Pierre Bourdieu e depois por James Coleman, tornou-se mundialmente conhecida com o artigo de Robert Putnam, publicado em 1995 com o título de “Bowling alone. America’s declining social capital”, e com a publicação, por este autor, no ano 2000, de um livro referente a essa temática. Putnam constata em suas pesquisas o declínio dos valores cívicos norte-americanos, atestado pela queda da confiança do povo em suas instituições e pela diminuição da participação dos indivíduos nas associações. Ele se mostra preocupado com os possíveis perigos de tal aumento do individualismo – consequência do declínio do capital social – para o futuro da democracia nos Estados Unidos. O número de publicações dedicadas ao capital social teve, a partir de então, uma verdadeira e considerável explosão, o que se deve ao fato de a noção encontrar-se no centro de pelo menos quatro grandes tipos de debate ou de objetos de estudo.

O primeiro, como acabamos de ver, diz respeito ao conjunto de condições e de pré-requisitos sociais necessários a uma democracia efetiva. Vários temas se entrecruzam aqui: a questão do nível e da qualidade da participação na vida associativa; a necessidade de saber se as associações ou organizações não governamentais (ONGs) – quando e onde existem – são suficientemente autônomas com relação ao Estado ou às empresas: se elas são, em primeiro lugar, associações voltadas para si mesmas, estritamente centradas no interesse pessoal de seus membros, ou se atuam em prol dos demais ou de uma causa de interesse coletivo. A discussão nesse âmbito recorta o enorme volume de estudos sobre o lugar, o papel e a importância do terceiro setor ou da economia solidária no mundo.

O segundo campo de debate, desenvolvido principalmente pelas instituições internacionais, como o Banco Mundial ou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), está ligado à influência do capital social no desenvolvimento econômico das nações. Evidentemente, isso não acontece sem vínculo com o debate a respeito da democracia. O Consenso de Washington, que representou até pouco tempo a doutrina central do Fundo Monetário Internacional (FMI), baseava-se na certeza de que a democracia nasceria e se desenvolveria necessariamente no rastro de sucesso da economia de mercado. Seria suficiente, portanto, estimular todos os países do mundo ainda mal regulamentados a renunciar ao protecionismo e ao corporativismo para deixar as mercadorias entrar livremente por suas fronteiras. A democracia, ou

Antoine Bevert e Michel Lallement, *Le capital social* (2006), e parte de meu texto publicado em *La quête de reconnaissance – Nouveau phénomène social total* (2007).